



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: 0007461-82.2018.8.26.0037
Classe - Assunto Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro
Requerente: Carlos Eduardo Pierini
Requerido: Magazine Luiza S/A e outro

Juiz de Direito: Dr. ROGERIO BELLENTANI ZAVARIZE

Vistos.

Trata-se de ação de cobrança, alegando que adquiriu um aparelho celular, e, ante a insistência do vendedor, também um seguro, mas com o furto do seu aparelho, não foi indenizado. Afirma que a ausência de cobertura para furto simples não foi informada quando da contratação. Requeru a procedência para obter condenação ao pagamento de R\$1.067,41.

Dispensado o relatório (art. 38 da Lei nº 9.099/95), passa-se à motivação e à decisão.

O julgamento da lide no estado em que se encontra é possível, porque a matéria é de direito e de fatos já comprovados, sendo desnecessária a produção de outras provas (art. 139, II, e 355, I do Código de Processo Civil).

A compra do aparelho foi comprovada (pág. 5). Também o foi a contratação do seguro e da garantia estendida (págs. 8/12). A cadeia de consumo formada pelas duas requeridas as legitima para responder à demanda.

Apesar da conhecida insistência dos vendedores em empurrar estes seguros, é sempre do consumidor a palavra final em aceitar ou não. Logo, não há se falar em qualquer responsabilidade, porque não há cobertura para o evento.

O boletim de ocorrência descreve o furto do aparelho (págs. 14/15).

Só havia cobertura para roubo ou furto qualificado, cujas definições constam dos documentos do seguro contratado, com destaque para a pág. 11.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Tais documentos foram todos entregues ao autor, pois ele os trouxe aos autos do processo.

Sem cobertura, não pode ser indenizado como pretende.

Conforme dispõem os arts. 757 e 760, ambos do Código Civil, a seguradora só está obrigada a indenizar os riscos expressamente assumidos na apólice; assim, havendo previsão contratual de exclusão da cobertura, o segurado não faz jus ao recebimento da indenização pretendida.

Sobre a matéria, observa-se autorizada doutrina: "A limitação da cobertura da apólice a determinados riscos é um dos cânones fundamentais do contrato, conforme observou Clóvis Beviláqua." (*apud* Loureiro, Luiz Guilherme. *Contratos – Teoria Geral e contratos em espécie*, 3.^a edição. Editora Método, 2008, p. 466). Ou seja, não se trata de restringir o alcance do contrato, mas de lhe dar a estrita interpretação, nos exatos limites do que convencionaram as partes, pois é em função disso que a seguradora calculou o prêmio.

Ademais, não há que se falar em interpretação mais favorável ao consumidor que possa levar a uma conclusão diversa, pois a hipótese de exclusão é clara e não autoriza elucubrações mais complexas, e a seguradora só está obrigada a indenizar riscos expressamente assumidos.

Há precedentes referidos na jurisprudência, como no exemplo: "FURTO DE APARELHO CELULAR - CONTRATO DE SEGURO - INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA - PACTA SUNT SERVANDA - CLÁUSULA DE EXCLUSÃO REFERENTE AO FURTO SIMPLES - INEXISTÊNCIA DE ABUSIVIDADE - RAZOABILIDADE PRESENTE - EXAME CORRETO DO CONTIDO NO BOLETIM DE OCORRÊNCIA - INDENIZAÇÃO INDEVIDA - IMPROCEDÊNCIA – Sentença mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos – Recurso ao qual se nega provimento." (Recurso Inominado n.º 1011005-11.2014.8.26.0002, 2ª Turma Recursal Cível - Santo Amaro, rel. Cláudio Salvetti D'Angelo, j.17/12/2014).

Semelhante decisão foi adotada no colégio Recursal local: "Cobrança de seguro – Cláusula não abusiva – Exclusões gerais - Furto simples – Sentença de improcedência – Sentença mantida." (Recurso Inominado 0014228-10.2016.8.26.0037; Relator (a): Marcos Therezeno Martins; Órgão Julgador: 3ª Turma Cível; Data do Julgamento: 29/08/2017).

Logo, a improcedência é de rigor.

Para os fins do art. 489, §1º, IV do Código de Processo Civil, não há outros argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

a conclusão adotada pelo julgador, e que não tenham sido considerados e devidamente valorados

Diante do exposto, julgo IMPROCEDENTE a pretensão. Não há sucumbência nesta fase (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

O recurso cabível é o inominado (art. 41 da Lei nº 9.099/95). O preparo compreende as custas dispensadas em primeiro grau (art. 54, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95 e art. 4º, I e II da Lei Estadual nº 11.608/03, com as alterações da Lei nº 15.855/15); é a soma de 1% do valor da causa ou cinco Ufesps (o que for maior), mais 4% da causa ou cinco Ufesps (o que for maior).

Com trânsito em julgado e sem pendências, providencie-se o arquivamento dos autos digitais.

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 25 de setembro de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006